



Público do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, TORNO PÚBLICO, a fim de que tomem conhecimento os interessados, a desconvocação da sessão ordinária do dia 31 de janeiro de 2023, às 13h30m, convocada pelo Edital nº 01/2023, em virtude da cerimônia de posse da nova Direção do Tribunal de Justiça do Ceará, período 2023/2025, que ocorrerá no mesmo dia (Edital nº 04/2023, disponibilizado no DJe, em 09/01/2023, p. 18). Fortaleza, 16 de janeiro de 2023.

Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão
SUPERINTENDENTE JUDICIÁRIO

EDITAL Nº 10 /2023

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público para provimento dos cargos de natureza efetiva, promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), realizado sob o Edital nº 01/2022, publicado no Diário da Justiça Eletrônico de 21 de março de 2022, organizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC), homologado em sessão realizada no Tribunal Pleno de 10 de novembro de 2022, publicada no Diário da Justiça Eletrônico de 18 de novembro de 2022;

RESOLVE:

1. Convocar os candidatos constantes dos Anexos I e II deste Edital, aprovados e classificados no Concurso Público de servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), nas vagas destinadas aos cargos de Analista Judiciário - Especialidade: Ciências da Computação - Área: Sistemas da Informação e Analista Judiciário - Especialidade: Ciências da Computação - Área: Infraestrutura de TI.

2. Os convocados devem encaminhar a documentação indicada no Anexo III deste Edital (itens "a" a "v"), até o dia 10 de fevereiro de 2023, para o e-mail da Coordenadoria de Provimento e Movimentação de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas: selecao.tjce@tjce.jus.br

3. Realizar perícia médica na Coordenadoria de Perícia Médica da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado, localizada na Av. Oliveira Paiva, nº 941, Cidade dos Funcionários, de acordo com agendamento posteriormente divulgado pela Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, data e hora registradas pelo sistema

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

ANEXO I

CONVOCAÇÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO - ÁREA: SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

SEQUÊNCIA	NOME DO(A) CANDIDATO(A)
1	EWERTON ALMEIDA SILVA
2	WENDELL MILITAO FERNANDES MENDES
3*	CHRISTIANO MACHADO DA COSTA (N)
4	ANTONIO LUIS SOMBRA DE MEDEIROS
5	ABELARDO VIEIRA MOTA
6	FABIANO JOSÉ GADELHA DE FREITAS
7	LEANDRO HENRIQUE DE SOUZA SANTOS
8*	MATHEUS COSTA BARBOSA (N)
9	DOUGLAS PEIXOTO RODRIGUES
10	ANTONIO GABRIEL DA SILVA FERNANDES
11	JOÃO MARCOS CARVALHO LIMA
12	PEDRO IVO FREIRE ARAGAO
13*	WANDEMBERG RODRIGUES GOMES (N)
14	PEDRO CRISPIM ALENCAR
15	LUCAS ALESSIO ANUNCIADO SILVA
16	JOSÉ FELIPE RIBEIRO ARAUJO
17	LEYBERSON PEREIRA ASSUNCAO
18*	MIGUEL DE OLIVEIRA ATAIDE (N)
19	DAVI MENESES BESSA
20	FRANCISCO JOSÉ REGO LOPES ***
21	AMANDA SARAIVA BEZERRA



* Vagas destinadas a negros

** Não houve aprovados para as vagas destinadas a pessoas com deficiência.

*** Observação: O candidato Christiano Machado da Costa, 16º lugar na ampla concorrência, foi convocado na vaga destinada a negros.

ANEXO II
CONVOCAÇÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO - ESPECIALIDADE: CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO - ÁREA: INFRAESTRUTURA DE TI

SEQUÊNCIA	NOME DO(A) CANDIDATO(A)
1	ALEXANDRE MAGNO CAVALCANTE SUCUPIRA
2	JEAN NUNES RIBEIRO ARAÚJO
3*	MANOEL DA GUIA NUNES DA CRUZ
4	DIEGO FRANCISCO DE MESQUITA OLIVEIRA
5	EDUARDO TEIXEIRA GANDOUR
6	THIAGO GREGÓRIO FAGUNDES
7	CLEIRTON MONTE DE SOUSA
8*	CHRISTIANO MACHADO DA COSTA
9	MAX EDUARDO VIZCARRA MELGAR

* Vagas destinadas a negros

** Não houve aprovados para as vagas destinadas a pessoas com deficiência

ANEXO III
DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A POSSE E EXERCÍCIO NO CARGO EFETIVO

1) Digitalizado, em formato pdf, conforme original:

Registro Geral (RG) / Identidade;

Certificado de alistamento militar (para candidatos do sexo masculino);

Certidão de Quitação Eleitoral;

CPF;

Diploma/Certificado devidamente registrado, de conclusão de curso de graduação de nível superior, bacharelado ou licenciatura, na área de Informática, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

Documento de comprovação de mudança de nome (no caso de casamento, separação, etc).

PIS ou PASEP;

Comprovante de residência atualizado;

Comprovante de abertura de conta corrente em agência do Banco do Brasil ou apresentação do Cartão, podendo ser apresentado até a ocasião da data de início do exercício.

Ficha de Atualização Funcional – FAF (formulário disponível no portal do TJ/CE);

Declaração negativa de acumulação de cargo público, fornecida pela Secretaria de Administração do Estado – SEPLAG, podendo ser gerada no site www.seplag.ce.gov.br (Apresentar até o dia da posse);

Declaração geral de não acumulação de cargo /emprego/função público (modelo no portal do TJ/CE) (Apresentar até o dia da posse);

Declaração de Bens (modelo disponível no portal do TJ/CE);

Declaração para Fins Previdenciários (modelo disponível no portal do TJ/CE);

Declaração de Não Participação em Diretoria (modelo disponível no portal do TJ/CE);

Declaração de Bons Antecedentes Administrativos (modelo disponível no portal do TJ/CE);

Autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física (modelo disponível no portal do TJ/CE);

Atestado de idoneidade moral firmado por uma das seguintes autoridades: Magistrados, Membros do Ministério Público, Procuradores e Delegados de Polícia (modelo disponível no portal do TJ/CE);

Certidão negativa de antecedentes criminais expedidas pelos Foros das Justiças - Estadual, Federal e Eleitoral dos locais de residência do candidato nos últimos cinco anos.

Certidão de cancelamento da OAB, para candidatos inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB ou declaração negativa de inscrição;

Para ocupantes de cargo/emprego público, publicação de exoneração, suspensão de vínculo funcional ou vacância;

Para ocupantes de cargo/emprego público, declaração do órgão de origem comprovando o vínculo funcional e o regime de previdência, a fim de definir a que regime o servidor será enquadrado no Poder Judiciário, conforme determina a legislação;

Laudo médico atualizado fornecido pela Célula da Perícia Médica da Secretaria de Planejamento e Gestão, localizado na Av. Oliveira Paiva, nº 941, (Lista de exames disponível no Portal do TJ/CE);

OBSERVAÇÕES:

Na hipótese de não haver interesse em assumir o cargo, deverá registrar junto ao Tribunal de Justiça o Termo de Desistência, com firma reconhecida, (modelo disponível no portal do TJ/CE);

Os modelos dos documentos no Portal do TJ/CE, estão disponível no caminho: www.tjce.jus.br / Cidadão / Concurso e Seleção / Documentação para Provimento em Cargo Efetivo.